



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Suzete Viana Nascimento¹ - IFRJ

Grupo de Trabalho – Diversidade e Inclusão
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fundamental apresentar o resultado de uma pesquisa que analisa as políticas públicas voltadas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Nesse sentido, o estudo buscou identificar as principais ações, diretrizes, programas e planos voltados para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva no contexto brasileiro, delimitar o conceito de políticas públicas e compreender os conceitos de educação especial e educação inclusiva. Trata-se de um estudo bibliográfico e exploratório. A abordagem bibliográfica possibilitou a realização de um levantamento de obras sobre o tema; já a característica exploratória proporcionou maiores informações sobre o assunto, a partir da análise de diversas posições, contribuindo para o aprimoramento das concepções sobre o tema. Magalhães e Cardoso (2011), Batalla (2009) e Mendes (2010) nortearam a compreensão sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Bonetti (2006) e Sander (2005), autores que investigam o campo das políticas públicas, forneceram suporte teórico para delimitar o conceito de políticas públicas ao situarem tais políticas enquanto uma intervenção pública na realidade social. O estudo apontou avanços e limitações no que tange às políticas públicas voltadas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Ocorreram mudanças na concepção de educação especial: políticas, planos e programas foram lançados nos últimos anos com intuito de implantar um sistema educacional inclusivo no país. No entanto, existem desafios a serem enfrentados, tais como: a dificuldade de acesso às escolas e problemas na qualidade da educação oferecida para o público-alvo da educação especial no Brasil.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Políticas Públicas.

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) define a educação especial como uma modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Educação Especial/Educação Inclusiva pela Universidade Gama Filho (UGF). Pedagoga em Exercício Provisório no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail: suzetevia10@gmail.com.

(BRASIL,1996). Porém, apesar dos avanços na legislação e das políticas públicas, o desafio da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais ainda persiste no país.

As pessoas com deficiência têm o direito de usufruir dos bens sociais, como a educação, assim como qualquer outro cidadão. Já que a educação é e deve ser vista como um direito de todos, um sistema educacional inclusivo deve garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. No entanto, para a real inserção das pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, no contexto escolar, são necessárias a definição e a execução de políticas públicas que tragam regulamentações, ações, orientações e que garantam investimentos para a educação especial numa perspectiva inclusiva (MENDES, 2010; MIRANDA, 2003; MANTOAN, 2006).

Nesse sentido, esta pesquisa procurou identificar e analisar as principais políticas públicas, a partir das ações do governo federal por meio de diretrizes, planos e programas efetivados, no âmbito da sociedade brasileira, no período de 2002 a 2012, que visem contribuir para inclusão escolar de estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais.

O objetivo geral do trabalho consistiu em analisar as principais políticas públicas voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. Como objetivos específicos buscou-se identificar as principais ações, diretrizes, programas e planos voltados para educação especial na perspectiva da educação inclusiva no contexto brasileiro; delimitar o conceito de políticas públicas; e compreender os conceitos de educação especial e educação inclusiva.

Para a abordagem metodológica, utilizou-se o estudo bibliográfico e exploratório. A abordagem bibliográfica consiste na revisão sistemática de fontes bibliográficas desenvolvidas com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002); já a característica exploratória permite maior familiaridade com o objeto de estudo.

A abordagem metodológica da pesquisa bibliográfica de caráter exploratória apresentou características que atenderam a realização da pesquisa, pois permitiram investigar o problema por meio da análise de diversas posições, contribuindo para o aprimoramento das concepções sobre o tema.

Características e definições da Educação Especial e Educação Inclusiva

Na atualidade, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

No entanto, a educação especial ao longo do seu desenvolvimento passou por diferentes estágios, desde a organização de escolas especiais separadas das escolas regulares, cujo modelo recebeu várias críticas por manter a segregação dos alunos com deficiência, pois levava a um sistema escolar paralelo que não favorecia a inserção social desses educandos. Em outro momento, vigorava o modelo de integração, ao inserir os alunos com deficiência em escolas regulares, o qual mostrou-se limitado, pois não existiram mudanças significativas na organização das escolas para atender essa nova demanda. Em anos recentes, surge a defesa da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. De forma genérica, a educação inclusiva refere-se à ideia de promoção da escola para todos (MENDES, 2010; MIRANDA, 2003; MANTOAN, 2006).

A inclusão questiona as políticas e a organização da educação especial e regular e, também, o conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A distinção entre inclusão e integração esclarece que as escolas precisam passar por uma transformação, para que possam acolher todos os alunos em diferentes níveis de ensino (MANTOAN, 2006).

Pressupor que todas as pessoas devem ter o direito à educação implica no direito das pessoas com deficiência de frequentarem as escolas regulares, mas ao afirmar o direito ao acesso ao sistema regular de ensino, esse modelo afirma a necessidade de transformações na organização das escolas a fim de dar respostas às necessidades de todos os alunos. Portanto, é necessário realizar mudanças na organização das escolas para que as mesmas sejam capazes de incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem desses educandos.

Nesse sentido, Batalla (2009) afirma que a construção de sistemas educacionais inclusivos perpassa a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares e enfatiza a necessidade de mudanças estruturais e culturais na escola comum.

Magalhães e Cardoso (2011) afirmam que, na perspectiva inclusiva, não é o aluno que deve se adaptar a escola, mas a escola que deve ser modificada a fim de atender a sua demanda, oferecendo as condições de ensino e aprendizagem que atendam às necessidades dos educandos.

Desse modo, a educação inclusiva se configura como um paradigma emergente da educação especial. A educação inclusiva traz como propostas a promoção da diversidade nos sistemas de ensino regular; a convivência com a diferença; a necessidade de mudanças nos sistemas de ensino para que criem as condições necessárias para promoção da educação de todos os estudantes (BATALLA, 2009).

Políticas Públicas na Educação

Torna-se necessário definir políticas públicas, suas especificidades no campo educacional e as questões relacionadas com a educação especial no Brasil.

Bonetti (2006) traz contribuições para o entendimento do campo de políticas públicas, ao analisar a origem, princípios e determinantes na definição e implementação dessas políticas. Na sua compreensão, as políticas públicas são ações que nascem do contexto social, mas que perpassam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, seja para fazer investimentos ou para regulamentação administrativa, como resultado da dinâmica do jogo de forças entre grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

Sander (2005) examina a relação entre formulação e implementação de políticas públicas na área da educação. O autor evidencia o papel dos atores; governos nacionais, organizações não governamentais e comunidade internacional no desenvolvimento de políticas educacionais. Na sua análise sobre as conquistas e limitações das políticas públicas para América, revela que as conquistas ficam por conta da formulação de políticas públicas, enquanto os limites são atribuídos à implementação das políticas públicas em benefício da população.

Os autores citados analisam as políticas públicas enquanto intervenção pública na realidade social, que passa pela esfera estatal, também definidas a partir da correlação de forças entre os diversos atores sociais (BONETTI, 2006; SANDER, 2005).

No que se refere à educação especial no Brasil, surgiram, na década de 50, as primeiras ações do governo, em nível nacional, voltadas para as pessoas com deficiência

através de campanhas sob a liderança de instituições privadas em conjunto com o governo federal (MUNIZ e ARRUDA, 2007).

No entanto, Muniz e Arruda (2007) esclarecem que a educação especial no Brasil, até a década de setenta, esteve sob a responsabilidade quase que total das instituições privadas. Até esse período, a pessoa com deficiência ainda não era contemplada com uma política educacional voltada para o seu atendimento na rede pública de ensino brasileira. A criação, no ministério da Educação e Cultura, do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), na década de setenta, foi um marco importante para implementação de uma política nacional voltada para a educação especial.

Organizações não governamentais também exerceram influência na determinação das políticas educacionais. Figueira (2011) aponta que entidades filantrópicas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Pestalozzi, pressionaram o governo durante a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, o que possibilitou a inclusão de um capítulo sobre a educação de pessoas com deficiência.

Na atualidade, o discurso internacional protagonizado por organismos internacionais, como a UNESCO, afirma a necessidade da inclusão escolar. Tal discurso inclusivo tem influenciado as políticas educacionais no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000. Os documentos legais no país defendem a educação especial a partir de uma perspectiva inclusiva, desde a Constituição Federal, Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) e outros documentos do Ministério da Educação (MEC) (MAGALHÃES e CARDOSO, 2011).

Percebe-se um embate em torno da inserção da educação especial no Brasil no sistema regular, em que ora essa modalidade é vista como um sistema paralelo e, em outros momentos, como parte do sistema regular. No cenário atual, as políticas públicas no país apontam para uma perspectiva inclusiva.

Políticas Públicas voltadas para a Educação Inclusiva

Políticas públicas para educação especial voltadas para educação inclusiva vem sendo implementadas no país nos últimos anos. O governo federal vem apresentando políticas, planos, programas e ações nessa perspectiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um documento importante apresentado em 2008 pelo governo federal, através do Ministério da Educação, com o objetivo de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. O documento apresenta um diagnóstico da educação especial,

estabelece objetivos, define os alunos atendidos pela educação especial e traça diretrizes. A referida política tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva defende a inserção da modalidade da educação especial na proposta pedagógica da escola regular, trazendo contribuições para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, mas também apresenta limites.

Ao definir a função do atendimento educacional especializado, essa política deixa claro que esse tipo de atendimento não substitui a escolarização, mas sim complementa a formação dos alunos. Junior e Tosta (2012) apontam que essa política, ao afirmar a educação especial como ação não substitutiva à escolarização no ensino comum, evita a configuração paralela entre o atendimento educacional especializado e o ensino comum. Outro ponto a ser destacado é que o atendimento educacional especializado deve ser realizado por profissionais com conhecimentos específicos. O documento também ressalta que o acesso à educação especial perpassa desde a Educação Infantil até a Educação Superior e tem interface com outras modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional, por possibilitarem a ampliação das oportunidades de escolarização e acesso ao mundo do trabalho (BRASIL, 2008).

O documento aborda ainda a questão da formação dos professores: “para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área”. E afirma que os sistemas de ensino devem garantir a acessibilidade mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação, nos transportes escolares, das barreiras nas comunicações e informações (BRASIL, 2008).

Essa política apresenta uma perspectiva inclusiva na qual os estudantes com necessidades educacionais especiais devem ter acesso ao sistema regular de ensino, que, por sua vez, deve atender às necessidades específicas desses educandos a fim garantir a sua participação e aprendizagem. No entanto, o referido documento não traça ações que garantam a materialidade do que é apresentado.

A fim de implementar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Governo Federal tem apresentado diversos programas e ações voltados

para educação especial. A Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. O programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2007).

Segundo indicadores da Secretaria de Educação Especial (SEESP), em 2005, o programa foi implantado em 250 escolas; no ano de 2006, o número foi de 376 escolas; já em 2007 foram contempladas 625 escolas; no ano de 2008, o número de escolas contempladas aumentou para 4.300; no ano de 2009, foram 15.000 escolas; já em 2010 ocorreu um decréscimo na quantidade de escolas nas quais o programa foi implementado, atingindo apenas 3.750 escolas e, em 2011, o número de escolas contempladas aumentou para 15.000. No período de 2005 a 2011 um total de 37.801 escolas foram beneficiadas pelo programa.

O programa Escola Acessível disposto a partir da resolução nº 27, de 27 de julho de 2012, destina recursos financeiros às escolas públicas da educação básica com matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, que tenham sido contempladas com salas de recursos multifuncionais (BRASIL, 2012).

De acordo com a referida resolução, esse programa financia a adequação arquitetônica das escolas a fim de garantir a igualdade de acesso e permanência dos alunos público-alvo da educação especial e a implantação das salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas regulares. Os recursos devem ser empregados na adequação arquitetônica, na aquisição de recursos e mobiliário acessível e outros produtos de alta tecnologia assistiva (BRASIL, 2012).

O quadro 1 ilustra os recursos repassados pelo Programa Escola Acessível. Nele, percebe-se que, no período de 2008 a 2011, houve um crescimento no número de escolas contempladas e, também, na quantidade de recursos repassados pelo referido programa.

Quadro 1: Recursos repassados pelo Programa Escola Acessível

Ano	Total	
	Escolas	Reais
2008	1.869	29.666.000,00
2009	9.336	31.971.222,38
2010	5.006	57.727.685,83
2011	11.330	84.017.000,00
Total Geral	24.031	203.381.908,21

Fonte: SEESP e FNDE

Outro programa que merece destaque é o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, o qual oferece cursos no nível de aperfeiçoamento e especialização, na modalidade à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB

em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). O programa tem o objetivo de formar professores das redes públicas de ensino que atuam no atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, e professores do ensino regular para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, no contexto dos sistemas educacionais inclusivos. De acordo com informações do documento, que trata da gestão da educação em nível nacional, a rede de formação conta até setembro de 2010 com a participação de 14 instituições públicas de educação superior, tendo ofertado no período de 2007 a 2010 55 cursos de formação para 44.951 professores, em 2.729 municípios (BRASIL, 2010).

A Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, instituiu o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – Programa BPC na escola, através do cruzamento anual entre os dados do EducaCenso e do cadastro administrativo do Ministério da Previdência. Através desse programa, ocorre uma articulação entre os programas, projetos e serviços de educação e assistência social por intermédio de ações intersetoriais que promovam o acesso e a permanência das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social nas escolas (BRASIL, 2007).

O quadro 2 ilustra o resultado do cruzamento de dados do Educacenso com o cadastro dos que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) 2010, no qual verifica-se que 52,61 % das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC estão na escola, e 47,39 % das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC estão fora da escola.

Quadro 2: Resultado do cruzamento de dados do Educacenso com o cadastro dos que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) 2010:

Faixa Etária	Beneficiários na escola	%	Beneficiários fora da escola	%
0 -18 anos	229.017	52,61	206.281	47,39

Fonte: elaborado a partir de informações do MEC - Secretaria de Educação Especial

Frente ao desafio de construir um sistema educacional inclusivo no país, o governo federal lançou uma série de programas e ações, que contribuem para o processo de inclusão nas escolas de ensino regular ao prestarem assistência técnica e financeira aos sistemas públicos de ensino. Há avanços quanto à formação de profissionais, instalações e recursos, mas ainda é preciso avançar muito.

De acordo com os dados do Censo da Educação Básica 2010, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o universo de alunos

matriculados em escolas da educação básica no país corresponde a 51.549.889 de pessoas. No que diz respeito aos alunos com necessidades educacionais especiais, 172.016 estudantes estão matriculados em escolas exclusivamente especializadas; 46.255 alunos com necessidades educacionais especiais estão matriculados em classes especiais do ensino regular e/ou da educação de adultos; e 484.332 estudantes com necessidades educacionais especiais estão matriculados em classes comuns do ensino regular e/ou educação de jovens e adultos (MEC/INEP/DEED 2010). No entanto, mais de 200.000 alunos com deficiência, em idade escolar, estão fora da escola segundo dados do MEC obtidos através do Programa BPC Escola em 2010.

Ainda de acordo com dados do Censo da Educação Básica 2010, o país possui 194.939 estabelecimentos de educação básica, dos quais 85.090 são de educação especial com classes comuns, o que representa quase a metade do número de estabelecimentos, sendo que 73.991 são instituições da rede pública e 11.099 da rede privada (MEC/INEP/DEED 2010).

Porém, de acordo com o MEC, através de indicadores da Secretaria de Educação Especial (SEESP), no período de 2005 a 2011, apenas 37.801 escolas públicas foram beneficiadas pelo programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, e 24.031 escolas foram contempladas com o programa escola acessível no período de 2008 a 2011. É preciso ampliar o número de estabelecimentos de educação especial com classes comuns e o número de escolas beneficiadas com os programas de salas de recursos multifuncionais e escola acessível.

Dados do Censo da Educação Básica 2010 também revelam o quantitativo de funções docentes no país. São 2.005.734 funções docentes na educação básica (MEC/INEP/DEED 2010). Quanto à formação docente, o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial ofereceu, no período de 2007 a 2010, 55 cursos de formação para 44.951 professores, de acordo com dados do MEC. A leitura desses dados permite inferir a necessidade de ofertar um número maior de cursos de formação na área para os professores.

Mendes (2010) constata que, apesar do atual discurso inclusivo, a educação especial no país ainda apresenta fragilidades:

a despeito das evoluções no discurso, na atualidade constata-se que, para uma estimativa de cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, cerca de 800 mil matrículas, considerando o conjunto de todos os tipos de recursos disponíveis, ou seja, desde os matriculados em escolas especiais até os que estão nas escolas comuns. A grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais está fora de qualquer tipo de escola (MENDES, 2010, p. 106).

Além da falta de acesso dos alunos com necessidades especiais à educação escolar, Mendes (2010) expressa que os estudantes público-alvo da educação especial que têm tido acesso à escola nem sempre recebem uma educação de qualidade:

as mazelas da educação especial brasileira, entretanto, não se limitam a falta de acesso, pois os poucos alunos com necessidades educacionais especiais que tem tido acesso a algum tipo de escola não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos (MENDES, 2010, p. 106).

Apesar das políticas, planos, ações e programas desenvolvidos nos últimos anos, voltados para a educação especial na perspectiva inclusiva, os desafios em torno dessa modalidade persistem. Há a necessidade de uma maior intervenção do governo federal mediante a ampliação das ações e investimentos públicos na área, da ampliação do acesso dos educandos com necessidades especiais às escolas, formação de profissionais qualificados e promoção dos recursos necessários para as instituições educacionais.

Considerações finais

A educação inclusiva pressupõe que todas as pessoas devem ter o direito à educação, isso implica no direito das pessoas com deficiência de frequentarem as escolas regulares. Esse modelo requer mudanças na organização das escolas a fim de dar respostas às necessidades de todos os alunos (MAGALHÃES; CARDOSO, 2011). Portanto, não basta apenas garantir o acesso, é necessário realizar mudanças na organização das escolas para que as mesmas sejam capazes de incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo, além do acesso, a permanência e a aprendizagem dos educandos.

A educação especial na perspectiva inclusiva requer mudanças profundas nos sistemas educacionais. Batalla (2009) nos ajuda a refletir sobre essa questão ao afirmar que as escolas precisam rever as suas formas de organização, sua estrutura e, até mesmo, a cultura escolar para atender a todos os alunos. É preciso que a escola promova as condições necessárias para a participação e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, faz-se necessária a definição e implementação de políticas públicas, em âmbito nacional, que garantam as condições necessárias para efetivar um sistema educacional inclusivo. Bonetti (2006) e Sander (2005) expressam que as políticas públicas podem ser situadas enquanto uma intervenção pública na realidade social, que passam pela esfera estatal, mas que também são definidas a partir do jogo de forças entre os diversos atores sociais.

Percebemos como ao longo da história do país diversos atores sociais influenciaram nas definições das políticas públicas voltadas para a educação especial, desde os organismos internacionais até as organizações da sociedade civil.

As políticas públicas são fundamentais para a implantação de um sistema educacional inclusivo no país, pois através delas são definidas e implementadas normas, diretrizes, programas e ações que irão chegar às escolas de todo o país. Nesse sentido, analisamos as ações do governo federal voltadas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva a partir das suas principais políticas nos últimos anos.

O governo lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que apresenta objetivos que visam garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares (BRASIL, 2008).

Essa política traz avanços ao afirmar a inserção da modalidade da educação especial na proposta pedagógica da escola regular. Nesse sentido, o referido documento deixa claro que atendimento educacional especializado não substitui a escolarização, mas sim complementa a formação dos alunos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também apresenta contribuições ao fornecer orientações e definições nos mais diferentes aspectos da educação especial voltados para a educação inclusiva, desde a função do atendimento especializado, atuação dos profissionais envolvidos nessas atividades, formação de professores, acessibilidade, acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino. Porém, o referido documento não deixa claro quais serão as medidas que visam garantir a materialidade do que é apresentado.

Foram analisados também as ações e programas voltados para a educação especial na perspectiva inclusiva, destacados os seguintes programas: programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; programa Escola Acessível; programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial e o programa BPC na Escola (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social na Escola). Tais programas contribuem para o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular ao prestarem assistência técnica e financeira aos sistemas públicos de ensino. Há iniciativas quanto à formação de profissionais, instalações e recursos, porém constatamos, que apesar da implementação desses programas, uma grande parcela de alunos com necessidades educacionais especiais, em idade escolar, ainda está fora da escola, é preciso também ampliar o número de estabelecimentos com classes comuns e o número de escolas beneficiadas com o

programa de salas de recursos multifuncionais e com o programa escola acessível, além de outro desafio a ser enfrentado: fornecer qualificação para os profissionais de educação através da oferta de um número maior de cursos de formação na área para professores.

Mendes (2010) indica que o contexto atual representa um razoável desafio para o avanço das políticas educacionais direcionadas a crianças e jovens com necessidades educacionais especiais em nosso país, pois o Brasil apresenta um sistema educacional fragilizado que vem sendo incitado a abrir espaço para a educação escolar desta parcela da população. De acordo com a autora, a educação especial brasileira apresenta limitações que vão desde a falta de acesso às escolas de número expressivo de alunos com necessidades educacionais especiais, passando pela lenta evolução das matrículas em comparação com a demanda existente, até a falta de profissionais qualificados e de recursos. A autora aponta a necessidade urgente de universalização do acesso à escola, uma escola de qualidade para todos, que possa garantir as especificidades da população-alvo da educação especial.

Nota-se que ocorreram mudanças na concepção de educação especial e que o governo aponta para um discurso inclusivo e para implantação de uma política de educação inclusiva no país. Políticas, planos e programas foram lançados nos últimos anos com o intuito de implantar um sistema educacional inclusivo, no entanto, percebemos dificuldades como a falta de acesso às escolas e problemas na qualidade da educação oferecida para o público-alvo da educação especial. Dificuldades essas que precisam ser enfrentadas para que de fato ocorra uma efetiva inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar.

Devido à relevância das políticas públicas para a efetiva inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto escolar brasileiro é que se entende a necessidade da pesquisa realizada a fim de contribuir com outros estudos sobre a temática e na formulação e implementação de políticas públicas que tragam regulamentações, ações e que assegurem investimentos para a educação especial numa perspectiva inclusiva, tendo em vista a construção de um sistema educacional inclusivo que garanta o acesso, a permanência e aprendizagem de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BATALLA, Denise Valduga. Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. **Fundamentos em Humanidades**. Vol. 19, N. 1, 2009, p.77-89. Universidad Nacional de San Luis, Argentina. Disponível em < <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=18411965005> > Acesso em 24 de ago. de 2012.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BRASIL, **LEI n.º 9394, de 20.12.96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Gestão da Educação 2003-2010**. Brasília: MEC. Ano 2010. Disponível em <<http://gestao2010.mec.gov.br/>>. Acesso em 29 de jul de 2012.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em 28 de jul. de 2012.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 18. Programa BPC na escola**. 2007. Brasília: MEC. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17432&Itemid=817>. Acesso em 28 de jul. de 2012.

BRASIL. **Portaria normativa nº 13**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em 28 de jul. de 2012.

BRASIL. **Resolução nº 27**. Programa Escola Acessível. Brasília: MEC. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17428&Itemid=817>. Acesso em 28 de jul. de 2012.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011. (Coleção Primeiros Passos)

GIL, Antônio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas. 2002.

JUNIOR, Edson Mendes ;TOSTA, Estela. **50 anos de políticas de educação especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos**. In : ANPED SUL: Seminário de pesquisa em educação da região Sul. 9. UCS. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1464/670>>. Acesso em 13 de ago. de 2012.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P.; CARDOSO, Ana Paula L.B. Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org.). **Educação Inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília . Líber Livro. 2011. Cap. 1, p. 13-33.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2 ed. São Paulo. Moderna, 2006. (Cotidiano escolar: ação docente)

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve Histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MIRANDA, A.A.B. **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental**. Unimep, 2003.

MUNIZ, Eray Proença; ARRUDA, Èlcia Esnarriaga. Políticas Públicas Educacionais e os Organismos Internacionais: influência na trajetória da educação Especial brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.28,p.258_277,dez.2007. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art17_28.pdf > . Acesso em 27 de jul. de 2012.

SANDER, B. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.